



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

CONTRATO Nº20200233
COVID-19 – LEI Nº 13.979/2020

CONTRATANTE: O Município de PLACAS, através do(a) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, CNPJ-MF, Nº 14.654.055/000120 denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) WANDERLEIA PEREIRA BARROSO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DECRETO Nº022/2020.

CONTRATADA: A empresa J L P DE OLIVEIRA EIRELI com sede na AV, NOVA DE SANTANA, B/CENTRO, Nº 455 CEP, 68.180-030, ITAITUBA, de agora em diante denominada CONTRATADA (O), neste ato representado pelo (a) Sr(a) JEFERSON LUIZ PAZ DE OLIVEIRA , CPF 025.440.092-25 residente na avenida D-08,2526, CEP 68190000.

As CONTRATANTES, nos termos do Processo Administrativo nº 062/2020 e em observância às disposições da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis, celebram o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 019/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do Termo de Contrato é a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ADAPTAÇÃO DO ESPAÇOS FÍSICOS COM INTUITO DE CRIAR ACOMODAÇÕES DE ALOJAMENTO PROVISÓRIOS PARA APOIO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL PARA PREVENIR E MITIGAR RISCOS E AGRAVOS SOCIAIS DECORRENTES DA DISSEMINAÇÃO DO COVID-19, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Projeto Básico.

1.2. O Termo de Contrato vincula-se aos termos do Projeto Básico independentemente de transcrição, sendo este anexo ao contrato.

1.3. Discriminação do objeto:

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Cimento Saco 50kg	UND	40	44,00	1.760,00
Areia	m ³	3,5	54,00	189,00
Brita	m ³	4	163,00	652,00
Tijolo	UND	1.835,00	0,70	1.284,50
Coluna 6,0m (5/16)	UND	18	83,00	1.494,00
Barra de aço 10mm	UND	25	47,50	1.187,50
Arame Recozido	kg	1	13,50	13,50
Tabuas (0,20 X 3,00m)	UND	30	28,00	840,00
Prego 17/27	kg	1	11,50	11,50
Tubo DN 100mm	UND	2	67,50	135,00
Joelho 90º	UND	4	4,50	18,00
Joelho 45º	UND	2	7,00	14,00
Torneira de parede	UND	5	56,00	280,00
Torneira de bancada	UND	3	68,00	204,00
Mangueira	m	300	3,90	1.170,00
Braçadeiras	und	2	2,00	4,00



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

Lampadas fluorescente 20w	und	4	11,50	46,00
Cabo 10mm	M	10	6,50	65,00
Cabo 6mm	M	50	3,80	190,00
Cabo 2,5mm	M	70	2,40	168,00
Telha fibrocimento	UND	35	17,50	612,50
Massa corrida 18L	UND	2	90,00	180,00
Tinta acrílica 18L	UND	3	167,00	501,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. A contratação tem prazo de vigência até 3 (três) meses contado da data da sua assinatura, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis, sendo prorrogável por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública de importância internacional, declarada por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministro de Estado da Saúde.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O valor do Termo de Contrato é de R\$ R\$11.019,50 (onze mil, dezenove reais e cinquenta centavos)

3.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:0824401362075– COMBATE AO COVID-19 NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no **Projeto Básico**, anexo ao Termo de Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA– REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no **Projeto Básico** anexo ao Termo de Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA –DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. As regras acerca da entrega e critérios de aceitação do objeto são as estabelecidas no **Projeto Básico**, anexo ao Termo de Contrato.

9. CLÁUSULA NONA –DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. As regras acerca do acompanhamento e fiscalização do contratosão as estabelecidas no **Projeto Básico**, anexo ao Termo de Contrato.

10. CLÁUSULA DEZ – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As regras acerca das obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são as estabelecidas no **Projeto Básico** anexo ao Termo de Contrato.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

11. CLÁUSULA ONZE – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As regras acerca das sanções administrativas são as estabelecidas no **Projeto Básico** anexo ao Termo de Contrato.

12. CLÁUSULA DOZE – DA RESCISÃO

12.1. O Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no **Projeto Básico** anexo ao Termo de Contrato;

12.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA TREZE – DAS VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar o Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA QUATORZE – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do Termo de Contrato, nos termos do artigo 4º, I, da Lei n. 13.979, de 2020.

15. CLÁUSULA QUINZE - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n. 13.979, de 2020, na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002, e em demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar imediatamente a publicação do Termo de Contrato em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de aquisição, nos termos do art. 4º, §2º da Lei nº 13.979, de 2020.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

17. CLÁUSULA DEZESSETE – DO FORO

17.1. É eleito o Foroda Comarca de Uruará - Pará para dirimir os litígios que decorrerem da execução do Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Para firmeza e validade do pactuado, o Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelasCONTRATANTES.

Placas (PA), em 15 de JUNHO de 2020

Contratante

contratado



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

ANEXO I DO CONTRATO Nº

PROJETO BÁSICO

DECLARAÇÃO DO OBJETO

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ADAPTAÇÃO DO ESPAÇOS FÍSICOS COM INTUITO DE CRIAR ACOMODAÇÕES DE ALOJAMENTO PROVISÓRIOS PARA APOIO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL PARA PREVENIR E MITIGAR RISCOS E AGRAVOS SOCIAIS DECORRENTES DA DISSEMINAÇÃO DO COVID-19, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Valor Total Estimado R\$11.696,50 (onze mil, seiscentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos)

1.2 FUNDAMENTAÇÃO SIMPLIFICADA DA CONTRATAÇÃO

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MEDIA
Cimento Saco 50kg	UND	40	45,67
Areia	m³	3,5	55,50
Brita	m³	4	169,33
Tijolo	UND	1.835,00	0,75
Coluna 6,0m (5/16)	UND	18	85,33
Barra de aço 10mm	UND	25	50,83
Arame Recozido	kg	1	14,67
Tabuas (0,20 X 3,00m)	UND	30	31,00
Prego 17/27	kg	1	12,67
Tubo DN 100mm	UND	2	68,50
Joelho 90°	UND	4	5,50
Joelho 45°	UND	2	7,67
Torneira de parede	UND	5	64,33
Torneira de bancada	UND	3	70,00
Mangueira	m	300	4,23
Braçadeiras	und	2	2,50
Lâmpadas fluorescente 20w	und	4	13,17
Cabo 10mm	M	10	7,47
Cabo 6mm	M	50	4,27
Cabo 2,5mm	M	70	2,80
Telha fibrocimento	UND	35	18,17
Massa corrida 18L	UND	2	94,67
Tinta acrílica 18L	UND	3	171,67

A transmissão do coronavírus no Brasil já foi considerada comunitária, conforme Portaria do Ministério da Saúde n. 454/2020, com possibilidade de aumento e agravamento de casos.

Considerando papel do Sistema único de Assistência Social – SUAS no contexto da Emergência em Saúde de Proteção da população em situação de vulnerabilidade e risco social e desenvolvimento de medidas para prevenir e mitigar riscos e agravos sociais decorrentes da disseminação do covid-19, o Ministério da Cidadania decidiu dispor de repasse financeiro emergencial para execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do SUAS.

Diante disso, a Secretária Municipal de Ass. Social conforme já havia sido feito levantamento de quantidade a serem necessárias para atender nossas ações, utilizará dos recursos repassados para realizar a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ADAPTAÇÃO DO ESPAÇOS FÍSICOS COM INTUITO DE**



PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

CRIAR ACOMODAÇÕES DE ALOJAMENTO PROVISÓRIOS PARA APOIO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL PARA PREVENIR E MITIGAR RISCOS E AGRAVOS SOCIAIS DECORRENTES DA DISSEMINAÇÃO DO COVID-19.

CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

Os bens objeto da presente contratação são classificados como comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade encontram-se objetivamente definidos no item 1. **DECLARAÇÃO DO OBJETO**, por meio de especificações usuais no mercado.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

O Proponente deverá apresentar documento referente a comprovação de regularidade fiscal federal, Estadual e Municipal. Bem como, Regularidade Trabalhista e FGTS. Além disso, deverá ser apresentado documento de constituição da empresa para que comprove possuir atividade compatível com o objeto aqui tratado.

O prazo de entrega dos bens é de 03 (três) dias úteis, contados da data da ordem de compra, em remessa única, na Secretaria Municipal de Ass. Social.

No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 90 (noventa dias) do prazo total recomendado pelo fabricante.

O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

A contratação deverá seguir os seguintes parâmetros de Responsabilidade Socioambiental:

Os critérios de sustentabilidade da demanda deverão estar alinhados a diretriz do art. 3 da Lei 8666/93, Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União e normativos correlatos.

DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: a empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais (ex. Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, ANVISA, ou certificação energética), além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.

DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA, SOCIAL e CULTURAL: A contratação atende as diretrizes da Lei nº 13.979/20, além de atingir diretamente as necessidades sociais, haja vista ser o objeto para imediato combate a pandemia coronavírus, bem como seguir alinhada aos padrões nacionais de aquisição para enfrentamento da calamidade.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 15 (Quinze Dias) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de transferências em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Placas/PA.

Responsável: Erica Oliveira dos Santos - Mat.123960

Autorização: Wanderleia Pereira Barroso
Secretária Municipal de Assistência Social
Decreto nº022/2020